



# EXPANSION

## TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“EETE” ou “Companhia”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2020.

#### 1) A COMPANHIA

A EETE, é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### 2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	581,50
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	3

#### 3) DESEMPENHO FINANCEIRO

**3.1) Receita:** O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 119.904.754 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 112.567.437 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. **3.2) Desempenho econômico-financeiro:** Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2020 e 2019 são:

	2020	2019
• Liquidez geral	2,46	2,27
• Liquidez corrente	1,66	6,18
• Relação patrimônio líquido/ativo	59,28%	55,97%
• Relação passivo não circulante/ativo	14,95%	37,28%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	17,64%	21,88%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	27,27%	29,13%
Ativos totais - R\$	638.787.384	619.466.989
Lucro líquido do exercício - R\$	66.800.210	75.867.514

#### 4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem-Estar

foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

#### 5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

#### 6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021

A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	153.212.957	116.753.239	Fornecedores - terceiros		161.946	916.554
Concessionárias e permissionárias	6	13.139.845	19.963.770	Fornecedores - partes relacionadas	23	919.629	735.401
Contas a receber - partes relacionadas	23	2.397.764	20.660.800	Financiamentos - terceiros	9	136.028.337	2.957.797
Estoques		2.221.244	1.641.899	Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	17.905.185	12.360.325
Adiantamento a fornecedores		178.112	465.788	Outros impostos a pagar	10	853.755	3.578.297
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		42.108	2.565.670	Taxas regulamentares	11	4.731.233	4.068.549
Outros impostos a recuperar		4.798	1.694	Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	15	668.002	14.101.798
Ativos de contrato	7	99.542.351	94.998.748	Outros passivos circulantes	12	3.313.181	3.082.967
Outros ativos circulantes		2.790.357	1.269.742			<b>164.581.268</b>	<b>41.801.688</b>
		<b>273.529.536</b>	<b>258.321.358</b>	<b>Passivo não circulante</b>			
<b>Ativo não circulante</b>				Financiamentos - terceiros	9	-	134.833.083
Ativos de contrato	7	240.210.906	236.047.646	Outras provisões - compensação ambiental	13	118.328	953.694
Impostos diferidos	14	101.270.380	111.482.568	Provisão para contingências	13	336.830	1.561.195
Outros ativos não circulantes	8	22.297.285	12.088.345	Impostos diferidos	14	89.126.856	87.847.584
Imobilizado		1.286.843	1.378.187	Outros passivos não circulantes		5.925.178	5.766.382
Intangível		192.434	148.885			<b>95.507.192</b>	<b>230.961.938</b>
		<b>365.257.848</b>	<b>361.145.631</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	15		
<b>Total do ativo</b>		<b>638.787.384</b>	<b>619.466.989</b>	Capital social		101.747.039	101.747.039
				Reserva especial de ágio		168.700.301	168.700.301
				Retenção de lucros		91.272.725	59.277.164
				Reserva legal		16.978.859	16.978.859
						<b>378.698.924</b>	<b>346.703.363</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>638.787.384</b>	<b>619.466.989</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	16.116.251.269	116.564.036
Custo da construção e operação	17.7.474.808	(9.851.598)
<b>Lucro bruto</b>	<b>108.776.461</b>	<b>106.712.438</b>
Despesas gerais e administrativas	18.4.434.023	(5.002.466)
Outras receitas operacionais líquidas	19.1.067.520	(709.649)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>103.274.918</b>	<b>101.000.323</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>20.2.468.992</b>	<b>(512.370)</b>
Receita financeira	3.720.443	8.841.295
Despesa financeira	(6.189.435)	(9.353.665)
<b>Resultado antes dos impostos sobre lucros</b>	<b>100.805.926</b>	<b>100.487.953</b>
Imposto de renda e contribuição social	21.34.005.716	(24.620.439)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>66.800.210</b>	<b>75.867.514</b>

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	66.800.210	75.867.514
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>66.800.210</b>	<b>75.867.514</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>100.805.926</b>	<b>100.487.953</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	3.907.655	8.346.837
Depreciação e amortização	261.603	24.812
Provisão para perda de crédito esperada	(25.583)	14.958
Provisão/reversão para contingências	(1.224.365)	87.618
Provisão para medidas compensatórias	(350.415)	(77.572)
Outras provisões	301.865	323.623
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	6.849.508	(8.701.994)
Contas a receber - partes relacionadas	18.263.044	246.559
Ativo de contrato	(8.706.864)	(12.199.180)
Estoques	(579.345)	-
Tributos e contribuições compensáveis	2.520.458	568.041
Adiantamentos a fornecedores	287.676	(91.677)
Outros ativos	(29.967.999)	(9.113.245)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(570.380)	1.072.665
Tributos e contribuições sociais	(3.893.998)	466.471
Impostos pagos	(15.799.939)	(9.944.251)
Juros pagos	(5.813.270)	(8.850.375)
Taxas regulamentares	662.684	(2.304.416)
Compensação ambiental	(484.951)	-
Outros passivos	230.215	(286.660)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>66.673.525</b>	<b>60.070.167</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição/baixa imobilizado e intangível	(213.807)	(349.870)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(213.807)</b>	<b>(349.870)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Juros sobre capital próprio pagos	(14.101.798)	-
Dividendos pagos	(15.898.202)	(55.190.454)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(30.000.000)</b>	<b>(55.190.454)</b>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>36.459.718</b>	<b>4.529.843</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>116.753.239</b>	<b>112.223.396</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>153.212.957</b>	<b>116.753.239</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em reais)

	31/12/2020	31/12/2019
premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. <b>2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:</b> A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. <b>2.3. Classificação circulante versus não circulante:</b> Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.		

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que negociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em reais)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“EETE” e/ou “Companhia”), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2002, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH. Nesta operação societária que foi aprovada através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma operação de incorporação reversa com sua controlada direta SGBH-E. **1.1. Da concessão:** Em 31 de agosto de 2000 o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 29 de novembro de 2000, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2000. No dia 20 de dezembro de 2000, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 096/2000 - Expansão da Interligação Norte - Sul, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais: (i) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Itumbiara, com extensão aproximada de 295 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Itumbiara. (ii) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Emborcação, com extensão aproximada de 280 km com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Emborcação. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 52.000.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 25 de junho de 2019 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 112.567.437 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 119.904.754 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3. Coronavírus (COVID-19): Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde. **Medidas de assistência governamental:** Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, as quais foram adotadas pelas companhias do Grupo, com destaque para as seguintes: (i) Postergação do recolhimento do PIS e da Cofins, assim como da contribuição previdenciária relativos às competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020; (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, o qual deverá ser pago a partir de julho e poderá ser parcelado em até seis vezes, de

junho até dezembro de 2020; (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020; e (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias, como DCTF e EFD, entre outras. A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão deste relatório, tem caráter temporário e servirá para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses, em média. Por esse motivo, não produzam alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020. **Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade:** A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes: (i) Adoção de trabalho em casa para seus funcionários, para evitar deslocamento e risco potencial de contágio; (ii) Implementação do Protocolo Covid-19 de Condição e Compartmentamento de Trabalho Seguro, que estabelece diretrizes para proteger as pessoas em cada local de trabalho e ambientes, veículos, atividades e viagens; (iii) Webinar de Retorno de Trabalho Seguro aplicado a todos os funcionários, a fim de compartilhar as novas regras e rotinas a serem aplicadas a nível da empresa; (iv) Retorno de Trabalho Seguro aplicado em 3 fases para retorno do escritório do Rio; (v) Para reduzir a exposição ao risco de contágio dos empregados que utilizam o transporte público e puderam retornar ao trabalho no Rio Office, a empresa disponibilizou transporte individual gratuito para os que necessitassem; (vi) Adoção de novos testes confiáveis e indolores conhecidos como RT-Lamp; (vii) Testes preventivos de rotina em massa aplicados aos funcionários para identificar precocemente a infecção da Covid-19 e prevenir contágio posterior a outros funcionários, terceiros e sociedade; (viii) Testes de rotina aplicados a casos suspeitos; (ix) Intensificação das rotinas de limpeza e higienização de todas as unidades de trabalho; (x) Sinalização informativa aplicada a todas as unidades; (xi) Distanciamento social aplicado em escritórios, veículos, atividades, treinamentos, restaurantes; (xii) Fornecer EPI adequado e reforçar a necessidade de seu uso correto; (xiii) Intensificação da higienização e higienização das mãos com álcool 70°. **Impacto nas demonstrações financeiras:** No exercício de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de: (i) Deficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como deficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA); (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações. Os impactos no ano de 2020 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa. No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Nos primeiros meses do ano esta conta registrou perdas, que, no entanto, foram parcialmente compensadas nos meses do segundo semestre do ano, gerando baixo impacto, ainda que negativo, no acumulado do ano de 2020. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP. No que tange às despesas, o mesmo se verificou. Os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exames médicos, apoio psicológico etc.) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio de 0,6% no total anual das despesas, patamar considerado imaterial.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO



# EXPANSION

## TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)**

são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

**3.4. Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de contrato: A partir de 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

**3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

**3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

**3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

**3.8. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

**3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

**3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

**3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

**3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas crescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de

Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno inclui sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

**3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. (a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados; (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

**4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS**

**4.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2020, são as seguintes: • Contratos onerosos (alterações ao CPC 25); • Reforma de taxas de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26); Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	608	1.911
Banco	1.673.781	867.440
Aplicações financeiras (i)	151.538.568	115.883.888
	<b>153.212.957</b>	<b>116.753.239</b>

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras em grande parte por meio da participação em CDBs e um pequeno montante no fundo de investimento Safra Executive Max Renda Fixa que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média atrelada à taxa de 104,08% CDI.

**6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	11.081.194	9.487.533
Vencidas até 30 dias	10.680	37.010
Vencidas até 60 dias	4.170	11.228
Vencidas até 90 dias	3.320	10.806
Vencidas há mais de 90 dias	2.116.727	10.519.021
	13.216.091	20.065.598
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE)	(76.246)	(101.828)
	<b>13.139.845</b>	<b>19.963.770</b>

Em função do alto giro das concessionárias e permissonárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro	(101.828)	(86.870)
Reversão	30.704	-
Adição	(5.122)	(14.958)
Saldo em 31 de dezembro	<b>(76.246)</b>	<b>(101.828)</b>

**7. ATIVOS DE CONTRATO**

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	99.542.351	94.998.748
Não circulante	240.210.906	236.047.646
	<b>339.753.257</b>	<b>331.046.394</b>

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 está assim apresentada:

**Saldo em 31 de dezembro de 2019** 331.046.394

Receita de O&M 20.621.304

Receita de remuneração 104.021.694

Recebimentos (115.682.593)

Imobilizado em curso (253.542)

**Saldo em 31 de dezembro de 2020** 339.753.257

Circulante 99.542.351

Não circulante 240.210.906

**Saldo em 31 de dezembro de 2018** 318.847.212

Receita de construção 396.683

Receita de O&M 19.414.007

Receita de remuneração 100.706.108

Recebimentos (108.571.158)

Imobilizado em curso 253.542

**Saldo em 31 de dezembro de 2019** 331.046.394

Circulante 94.998.748

Não circulante 236.047.646

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede; • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização; • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela

designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

**8. OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES**

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Judiciais (i)	21.705.606	11.984.395
Reembolsos	591.679	103.950
	<b>22.297.285</b>	<b>12.088.345</b>

(i) Variação refere-se substancialmente a novos depósitos judiciais fiscais efetuados em 2020 decorrente do andamento dos processos.

**9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

**a) Total da dívida:**

Descrição	Início	Vencimento	Garantias	Encargos	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures mar/18	fev/21	Fidejussória	105% da Taxa DI	136.028.337	137.790.880	
				<b>136.028.337</b>	<b>137.790.880</b>	
Circulante				136.028.337	2.957.797	
Não circulante				-	134.833.083	
				<b>136.028.337</b>	<b>137.790.880</b>	

**b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:**

Financiador	Saldo inicial	Juros, variação e cambial	Juros monetária	Liquidação	Novas captações	Liquidação principal	de transação	Saldo final
Debêntures	137.790.880	3.907.655	(5.813.270)	-	-	-	-	136.028.337
<b>Total</b>	<b>137.790.880</b>	<b>3.907.655</b>	<b>(5.813.270)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>136.028.337</b>

Em 08 de fevereiro de 2018, foi assinada a Escritura Particular da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. e desembolsado em 14 de março de 2018 o valor de R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), sendo a amortização líquida, em 08 de fevereiro de 2021. A partir da data de emissão, incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalente a 105% do CDI. Conforme Escritura, o pagamento dos juros será realizado semestralmente, a partir de 08 de agosto de 2018 até o vencimento, em 08 de fevereiro de 2021. **c) Covenants:** A emissão das debêntures conta com 100% de garantia fidejussória (fiança corporativa) da State Grid Brasil Holding (SGBH). Nesta debêntures não há cláusulas de covenants financeiros.

**10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR**

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	13.210.738	9.255.564
CSLL	4.694.447	3.104.761
	<b>17.905.185</b>	<b>12.360.325</b>
	31/12/2020	31/12/2019
PIS	63.383	55.047
COFINS	295.340	258.151
INSS	218.777	442.054
FGTS	82.033	145.837
Imposto de renda retido na fonte	75.924	2.567.533
ISS	42.092	40.367
Outros	76.206	69.308
	<b>853.755</b>	<b>3.578.297</b>

**11. TAXAS REGULAMENTARES**

	31/12/2020	31/12/2019
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	(1.013.984)	(1.092.685)
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	86.833	83.554
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	5.658.384	5.077.680
	<b>4.731.233</b>	<b>4.068.549</b>

**(i) RGR:** Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 14 de agosto de 2020, através do Despacho nº 2.403 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativos às competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 180.963. Os saldos virados referem-se a provisões de anos anteriores que foram realizadas conforme a Lei da época que destinava 2,5% da receita para repasse da RGR. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 28 de julho de 2020, através do Despacho nº 2.212 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 437.785. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissonárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

**12. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES**

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de férias	1.632.962	1.486.998
Provisão de Bônus	1.403.031	1.128.418
IRRF funcionários	274.547	467.462
Outros	2.641	89
	<b>3.313.181</b>	<b>3.082.967</b>

**13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

**Contingências prováveis (provisionadas):** A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2020	31/12/2019
Fiscal (i)	275.165	1.561.195
Servidão	61.665	-
	<b>336.830</b>	<b>1.561.195</b>

(i) Encerramento dos processos de contingência da companhia ao longo de 2020. A movimentação das provisões prováveis está apresentada a seguir:

	Fiscais	Servidões	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.561.195</b>	-	<b>1.561.195</b>
Adições e reversões, líquidas	(1.286.030)	61.665	(1.224.365)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>275.165</b>	<b>61.665</b>	<b>336.830</b>

**Contingências possíveis (não provisionadas):** Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Ambiental	140.000	-
Fiscal	8.889.746	7.761.856
Servidão	1.098.151	-
	<b>10.127.897</b>	<b>7.761.856</b>

**14. IMPOSTOS DIFERIDOS**

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos diferidos ativos (i)	101.270.380	111.482.568
Impostos diferidos passivos (ii)	(89.126.856)	(87.847.584)
	<b>12.143.524</b>	<b>23.634.984</b>

**(i) Saldo ativo** refere-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-E, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados como o originaram. **(ii) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.**



# EXPANSION

## TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

b) **Reserva especial de ágio:** A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-E na ETEE em 31 de outubro de 2017. c) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A partir de 2017 não foi constituída a reserva legal, pois o limite previsto na Lei foi atingido. d) **Reserva de retenção de lucros:** A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO. e) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	66.800.210	75.867.514
Base de cálculo para os dividendos	66.800.210	75.867.514
Dividendo mínimo obrigatório	<b>668.002</b>	<b>758.675</b>
Provisão de juros sobre capital próprio	-	16.590.350
Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 16.590.350 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre o juros sobre capital próprio foi de R\$ 2.488.552 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$14.101.798. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo. Esse montante foi pago em 06 de agosto de 2020. Através da Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de julho de 2020, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 15.898.202. Esse montante foi pago em 06 de agosto de 2020. Em 2020 houve ajuste na conta de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 18.238.445 devido a reapresentação das demonstrações financeiras de 01/01/2018 e 31/12/2018 referente a adoção do CPC 47. A ata de distribuição de resultado de 08 de julho de 2020 já está contemplando esse valor no saldo de reserva de lucros.		

#### 16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>123.969.719</b>	<b>125.129.907</b>
Receita de operação e manutenção	20.621.304	19.414.001
Remuneração dos ativos contratuais	104.021.694	100.706.108
Receita de construção (i)	-	396.683
Ajuste receitas variáveis (ii)	(673.279)	4.613.103
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(7.718.450)</b>	<b>(8.565.865)</b>
PIS (corrente e diferido)	(805.788)	(803.884)
COFINS (corrente e diferido)	(3.719.021)	(3.710.233)
RGR	(1.699.354)	(2.881.050)
TFSE	(418.108)	(147.921)
P&D	(1.076.179)	(1.022.777)
	<b>116.251.269</b>	<b>116.564.036</b>

(i) Variação refere-se ao encerramento do projeto de reforço de implantação de unidade de medição fasorial; (ii) Valor refere-se a diferença entre a RAP do cálculo de ativo de contrato (projetado) e receita de AVC emitida pela ONS (realidade), que a Companhia ajusta mensalmente

#### 17. CUSTO DA CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(5.420.205)	(5.471.325)
Material	(375.530)	(611.475)
Serviços de terceiros	(875.058)	(1.164.001)
Custo de operação e manutenção (i)	(49.805)	(1.004.266)
Custo de construção (ii)	-	(398.658)
Gastos diversos (iii)	(554.901)	(1.089.227)
Outros	(199.309)	(112.646)
	<b>(7.474.808)</b>	<b>(9.851.598)</b>

(i) Variação refere-se ao encerramento do projeto do sinistro 2019 do reator da companhia. (ii) Variação refere-se ao encerramento do projeto de reforço de implantação de unidade de medição fasorial. (iii) Variação refere-se substancialmente na redução de passagens aéreas, contribuição de associados da ONS devido a reavaliação de cobrança e inclusão do rateio 699 em outras despesas.

#### 18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(3.275.009)	(3.567.781)
Administradores	(473.893)	(727.228)
Material	(92.336)	(73.767)
Serviços de terceiros	(607.110)	(718.118)
Arrendamentos e alugueis	(97.582)	(93.546)
Doações	(439.978)	(265.717)
Provisão/reversão (i)	1.332.718	(27.953)
Tributos	(5.001)	(103.454)
Depreciação e amortização	(98.675)	(63.169)
Outras	(677.157)	638.267
	<b>(4.434.023)</b>	<b>(5.002.466)</b>

(i) Variação refere-se a reversão de provisão das contingências da Companhia.

#### 19. OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

Neste grupo apresentamos as atividades não vinculadas à concessão conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Rendas da prestação de serviços	13.979	12.975
Demais receitas e rendas	29.670	53.829
Pessoal	(294.417)	(292.370)
Depreciação	(162.888)	38.377
Tributo sobre a receita	(4.038)	(6.179)
Serviços de O&M	(528.281)	(514.340)
Outros	(121.545)	(1.941)
	<b>(1.067.520)</b>	<b>(709.649)</b>

#### 20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receita financeira</b>	<b>3.720.443</b>	<b>8.841.295</b>
Receitas de aplicações financeiras	3.333.120	6.923.247
Outras receitas financeiras	568.759	2.349.382
Tributos sobre receitas financeiras	(181.436)	(431.334)
<b>Despesa financeira</b>	<b>(6.189.435)</b>	<b>(9.353.665)</b>
Juros sobre empréstimos - terceiros	(3.907.655)	(8.346.837)
Juros e multas	(2.239.573)	(635.415)
Outras despesas financeiras	(42.207)	(371.413)
	<b>(2.468.992)</b>	<b>(512.370)</b>

#### 21. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	100.805.926	100.487.953
Adições/Exclusões não dedutíveis	(356.980)	(15.457.766)
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	-	(1.011.353)
Ajustes de ICPC 01	(1.507.765)	(10.633.954)
Juros s/Capital Próprio	-	(16.590.350)
Amortização Ágio (Goodwill)	-	(30.035.845)
Outros	(30.035.845)	100.487.953
<b>Lucro Real</b>	<b>68.905.336</b>	<b>26.758.685</b>
Compensação PF/BN (30%)	-	-
<b>Lucro Real (Após Compensação)</b>	<b>68.905.336</b>	<b>26.758.685</b>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(17.202.334)	(6.665.671)
Inc. Fiscais	562.503	-
<b>IRPJ devido (25%)</b>	<b>(16.639.831)</b>	<b>(6.665.671)</b>
<b>CSLL (9%)</b>	<b>(6.201.480)</b>	<b>(2.408.282)</b>
IR e CS correntes	(22.841.311)	(9.073.953)
IR e CS diferidos	(11.164.405)	(15.546.486)
	<b>(34.005.716)</b>	<b>(24.620.439)</b>
Aliquota efetiva	23%	9%

#### 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrado no quadro abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **22.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	153.212.957	116.753.239
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Contas a receber - partes relacionadas	23	2.397.764	20.660.808
Concessionárias e permissionárias	6	13.139.845	19.963.770

**Passivos mensurados pelo custo amortizado**

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos	9	136.028.337	137.790.880
Fornecedores - terceiros	-	161.946	916.554
Fornecedores - partes relacionadas	23	919.629	735.401

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo. No caso desta Companhia, não foi efetuado tal cálculo dada a proximidade de vencimento da debênture (08/02/2021). Desse modo, entende-se que o valor justo é razoavelmente próximo do valor contábil.

**22.2 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia

não estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio. d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

#### 23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>23.1 Ativo:</b>		
Contas a receber - partes relacionadas	<b>2.397.764</b>	<b>20.660.808</b>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.332.039	2.355.640
Outros	65.725	66.723
Distribuição de lucros e dividendos pagos a maior	-	18.238.445
<b>23.2 Passivo:</b>		
Fornecedores - partes relacionadas	<b>919.629</b>	<b>735.401</b>
Aluguel (ii)	7.390	6.538
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	698.396	515.310
Outros	213.843	213.553

**23.3 Resultado:**

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado - partes relacionadas	<b>8.064.769</b>	<b>6.079.195</b>
Aluguel (ii)	(81.865)	(75.988)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	8.146.634	6.155.183

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. **23.4. Remuneração da Administração (pessoal-chave):** As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2020	31/12/2019
<b>Remuneração fixa e variável (*)</b>		
Salário	1.062.323	776.893
Benefícios diretos e indiretos	164.777	318.563
Encargos	560.474	398.570
Provisões (13º salário, férias e bônus)	1.107.706	795.778
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>2.895.280</b>	<b>2.289.804</b>

(\*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

#### 24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a justa considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

#### 25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2020	31/12/2019
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	122.100.658	74.935.602
Veículos	Carros	906.417	1.013.278
		<b>143.007.075</b>	<b>85.948.880</b>

#### 26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 e fevereiro de 2021, houve a quitação integral de debêntures com o pagamento de R\$ 135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais) de principal e R\$ 1.329.869 (um milhão trezentos e vinte e nove mil oitocentos e sessenta e nove reais) de juros.

#### DIRETORIA

**Ramon Sade Haddad**  
Diretor-Presidente

**Jorge Raul Bauer**  
Diretor

**Mariana de Oliveira Barbosa**  
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da  
**Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes:** Veja as Notas 3.4 e 7 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura; (ii) receita de operação e manutenção para o cumprimento das obrigações de performance de operar e manter o ativo previstas no contrato de concessão; e (iii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas na estimativa dos ativos de contrato, das receitas de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração possuírem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçamos esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes; (ii) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de

performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos; (iii) a verificação, com apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia; e (c) se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; e (iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 21 de fevereiro de 2020, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada